

O NORTE APAGADO: ALGUMAS FORMAS DE MATERIALIZAÇÃO DISCURSIVA DO SILENCIAMENTO DO INDÍGENA E DO CABOCLO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA¹

Luiz Carlos MARTINS² (UFAM)

Resumo

Esta reflexão trata da relação discursiva entre identidade indígena e identidade nacional, observando-se como, de um lado os sujeitos amazônidas e de outro, sujeitos de outros lugares do Brasil, reproduzem as concepções identitárias dominantes; e como, nessa reprodução, podem produzir equívocos que conduziram a transformações. Tomando como base norteadora a metodologia da Análise de Discurso, estuda-se o deslocamento de sentidos nos discursos dos representantes da civilização ocidental e nos discursos de amazônidas, pensando-se a forma-sujeito índio e algumas de suas determinações históricas e ideológicas na sua relação com o simbólico. Procuo, assim, avaliar quais os fenômenos que rodeiam e as contradições que determinam a reprodução, o confronto e deslocamento de sentido sobre a constituição imaginária da identidade nacional na sua relação com o indígena e o caboclo, tanto no domínio da palavra, como no domínio da imagem.

Palavras-chave: discurso, identidade amazônica e subjetividade.

A manifestação do que seja identidade nacional para todo o Brasil é desigual; e desiguais são as políticas e os investimentos públicos nos mais variados setores e lugares, desde o local e nacional ao intra e inter-regional.

Pode-se considerar a linguagem como base que sustenta os tantos fatores que estruturam essa desigualdade, já que é pela produção simbólica que se materializará – e fará sentido - o favorecimento de uns em detrimento de outros. As análises sociais, econômicas, ambientais, políticas, culturais, tecnológicas, históricas e a busca pela equidade, em diferentes escalas, são comprometidas e prejudicadas, por assim dizer, através dos **processos discursivos que as constituem**. Essa é uma relevante noção na teoria discursiva francesa. “Entendido como o resultado da ação regulada de *objetos discursivos* correspondentes a *superfícies lingüísticas* que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas”

¹ Trabalho apresentado no simpósio “Discurso” do II Seminário de Análise de Discurso, em novembro de 2005, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Professor do Departamento de Língua e Literatura Portuguesa da Universidade Federal do Amazonas e doutorando da Unicamp. (lucamartins@ufam.edu.br)

(Pêcheux e Fuchs, 1993, p.181), o processo discursivo são “relações de paráfrases interiores ao que chamamos a matriz do sentido inerente à formação discursiva” (id. ib. p. 170).

O processo discursivo se desenvolve na história e tem sua materialidade assegurada pela língua, para além dela mesma. Essa estrutura que se repete, que reaparece, que se oculta e traveste, pode ser observada não só na materialidade textual verbal de diferentes discursos, mas também em todas as manifestações simbólicas de uma sociedade, assegurando a política identitária desigual.

Tomando como base apenas algumas campanhas do Governo Federal, podemos perceber como o indígena, o caboclo e a região Norte – como também parte da região centro/noroeste do Brasil que os representa – são silenciados e apagados, não bastassem, na mídia nacional, telenovelas, concursos e programas que fingem abarcar representantes do Brasil inteiro em seus quadros, telejornais que excluem outros rostos, outras notícias, enfim, toda sorte de produção cultural que constrói a unidade brasileira, impondo alguns elementos em detrimento da base racial, por assim dizer e por me faltar termo mais propício, sobre a qual se construiu essa nação.

Essa disjunção entre um Brasil que aparece e outro que é calado, silenciado, emudecido, apagado, ignorado tem suas raízes não claramente definidas nas relações que historicamente se estabeleceram entre a província do Grão-Pará, a Corte e a colônia brasileira. Assim é que vai se justificar e fazer sentido, termos num encontro como esse, apenas alguns representantes da região Norte e tantos outros das regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Faz sentido o mercado editorial brasileiro ignorar quem mora na Amazônia e fazer falar sobre ela mais facilmente quem lá não vive. Faz sentido chamar de História Nacional, a história do sul, sudeste e nordeste, e as outras histórias serem história regional. Faz sentido termos vários representantes da identidade nacional nos livros didáticos e teóricos, nas campanhas publicitárias e esquecermos sempre que indígenas e caboclos – é certo, com suas características físicas materializando essa identidade – permanecem ausentes desse caleidoscópio identitário. Ignoramos e fazemos ignorar quem produz conhecimento, música, cinema, literatura ou qualquer outra forma de expressão fora desse recorte que se elegeu como Brasil. Por que de lá não há o que exprimir. Apenas o que comprimir, silenciar, desqualificar e, assim, ignorar.

A história que constitui e que manifesta a identidade nacional está cheia de eventos que se cristalizaram e se repetem ainda hoje, fazendo parecer óbvia e evidente o que não passa, apesar de propalada, de aparente imobilidade social do caboclo e do indígena. Como denuncia Orlandi, em *Terra à Vista (1990, p.56)*:

“esse processo de apagamento do índio da identidade cultural nacional tem sido escrupulosamente mantido durante séculos. E se produz pelos mecanismos mais variados, dos quais a linguagem, com a violência simbólica que ela representa, é um dos mais eficazes.(...) São, desde o começo, o alvo de um apagamento, não constituem nada em si. Esse é o seu estatuto histórico ‘transparente’: não constam. Há uma ruptura histórica pela qual passam do índio para brasileiro através de um ‘salto’”.

Dessa maneira, não é difícil perceber que, tanto nas ações de líderes do poder público, como nos nossos trabalhos de pesquisadores, materializam-se discursos, pressupostos e posicionamentos que podem ser classificados como paternalistas e autoritários e que, por fim, acabam perpetuando a opressão e a violência. Faz parte do nosso imaginário percebemos os indígenas, caboclos e ribeirinhos como pessoas ignorantes, analfabetas, sem capacidade para decidir, formular conceitos, definir posicionamentos e se constituir como sujeitos tão complexos quanto qualquer sujeito imerso diariamente na realidade urbana.

Pela Análise de Discurso, acredita-se que não se ouve ou nada se diz impunemente. O fato de comunidades ribeirinhas, de raízes indígenas, desconhecerem a língua que seus bisavós falavam é visto como algo produzido historicamente e que se manifesta no seu falar ainda hoje. Esse dado é geralmente ignorado por outras teorias lingüísticas.

A identidade do sujeito é constituída, na perspectiva desta Análise de Discurso (doravante AD), quando dentro de uma conjuntura sócio-histórica dada, **um indivíduo é capturado e identificado numa rede de dizeres que representam formações ideológicas.**

Se, na AD, a ideologia, em sua relação com o inconsciente, determina o dizer, a forma de dizer e o jogo do imaginário neste dizer, o sentido, por sua vez, é produzido no processo de interlocução, tornando o que na AD se convencionou como as **condições de produção do discurso** - o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam, a imagem que fazem de si, do outro e do referente - essenciais para a compreensão de um outro conceito próprio dessa

teoria, os **efeitos de sentido**. Tais efeitos se estabelecem no ato de enunciação; não há um sentido preexistente que afloraria na linguagem, como se em algum lugar ele fosse puro. O que há, nessa perspectiva, é um sentido que se constrói nas condições materiais da existência. Nesses embates, ainda segundo Pêcheux (op. cit.), "o sentido é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico". É neste processo que palavras, expressões, proposições e outros elementos discursivos são produzidos e adquirem sentido em referência a posições sustentadas por quem os empregam - a posição-sujeito, e, conseqüentemente, "em referência às formações ideológicas" (Pêcheux, 1988, p.160).

Assumimos que a língua é a base formal de acontecimento do **processo discursivo** que, por sua vez, é a origem da produção dos efeitos de sentido no discurso. Para a AD, a contradição torna o discurso um objeto histórico: tanto é um elemento teórico que determina a representação do real histórico, como também é objeto de análise, já que é a existência da contradição no discurso, pelas diversas formações discursivas, que é o objeto de estudo da AD. Assim, consideramos que recobrimentos, acréscimos e apagamentos parciais se dão nas regras lingüísticas. E que as relações entre as formações discursivas serão de reciprocidade e integração; tensão, antagonismo e possível transformação, semelhante ao que acontece nas relações entre classes e grupos na sociedade.

1. Algumas observações sobre estudos de identidade:

As reflexões sobre identidade se multiplicaram à medida que a importância da individualidade é trazida pelas transformações sociais da idade Moderna. A forma capitalista de conceber o homem e as relações sociais atinge a arte, convencionou-se esse momento, em que se valoriza esse tema, como Romantismo.

Na filosofia, uma das características atribuídas ao pensamento metafísico pelo materialismo histórico e dialético é a opção pela identidade e pela imobilidade das coisas. Daí a conseqüente percepção fragmentária, isolacionista, estabelecendo divisões permanentes e intransponíveis entre as coisas, de forma que os contrários se tornam opostos irreduzíveis. Essa percepção metafísica atinge ainda hoje os campos teórico-metodológicos distintos que estudam a identidade.

Em várias perspectivas, o homem está condenado a ser o que é. A história não é compreendida como processo, mas como carma.

Dois conceitos que ainda hoje fundamentam alguns trabalhos nessa linha são **papel** e **status**. Codo *et alii* (1993, p.115) comentam a crítica que estes conceitos sofreram dentro da Sociologia e da Psicologia Social, porque tal literatura *“inventava o que era preciso compreender, partia de uma cristalização de momentos históricos, tomava como dado o que sempre foi um processo e, por isso, apagava o modo de constituição da trama social”*.

Ciampa (1987), tecendo considerações sobre a percepção estática de identidade, relaciona-a com as classes gramaticais. A identidade que define o ser estaticamente, imediato e imutável, é representada pelo nome próprio. O indivíduo desde o seu nascimento é chamado por um nome. “É o símbolo de nós mesmos” (id. ib.,1987, p.131) O nome determina o indivíduo, que antes de ser um objeto de consciência de outros, se manifesta como atividade: “a manifestação do ser é sempre uma atividade” (id. ib., p.131). O que sustenta o nome do indivíduo é a atividade de nomear, chamar, interpelar. O substantivo cria a ilusão de que o indivíduo é dotado de uma substância, expressa através dele. Entretanto a predicação só acontece devido a uma atividade anterior a ela, “genericamente de uma presentificação do ser” (id. ib., p.132). Daí normalmente se pensar identidade como fenômeno estático de ser, como dado. Para Ciampa, então, a atividade é que deveria representar a identidade. Por isso afirma: *“assim, a identidade que se constitui no produto de um permanente processo de identificação aparece como um dado e não como um dar-se constante que expressa o movimento.”*

O conceito de identidade implica necessariamente na noção de identificação.

Um outro autor que trata da questão da identidade é Stuart Hall (1997). Para ele, a crise de identidade que o indivíduo passa nessa virada de milênio se deve ao fato de que as fronteiras definidas de identidade – como classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade -, que antes eram sólidas localizações sociais e culturais, se deslocam e se fragmentam.

A preocupação de Hall é com a identidade cultural como sinônimo de identidade nacional. Por isso ele afirma que essa identidade, vista como parte de uma natureza essencial em que as pessoas se sentem ancoradas, **não passa de um discurso, um sentido produzido historicamente pela modernidade e a**

industrialização. Neste momento com a chamada globalização, as identidades nacionais estão sendo pluralizadas. Há novas posições de identificação. O que antes era fixo, trans-histórico e unificado, hoje se torna posicional, político, plural e diversificado. Uma contradição existe entre os que buscam uma pseudo-pureza identitária – observada no ressurgimento de nacionalismos e fundamentalismos – e aqueles que migraram para outros lugares sem perder os vínculos culturais, de tradições, linguagem e histórias. Essas identidades se alimentam de diversas tradições culturais, e estão entre diferentes posições. São culturas híbridas, traduzidas.

Para ele, **a cultura nacional é uma estrutura de poder cultural que se formou com a imposição – violência, na maioria das vezes, que é apagada – de uma cultura, classe social, grupo étnico e de gênero sobre outros.** Concluindo que “as nações modernas são, todas, híbridos culturais” (Hall, 1999, p.67).

2. O Sujeito em questão:

Como vimos, o conceito de identidade ultrapassa à noção fixista e classificatória que muitas vezes orientou trabalhos a respeito desse tema. Ela implica na noção de identificação e na constituição de subjetividade. A respeito dessa última noção, temos empregado termos como sujeito, indivíduo, ribeirinho, homem etc. Designações que se confundem muitas vezes e se superpõem. Sem querer exaurir e resolver essa problemática, nem analisar os efeitos de sentido aqui presentes, vamos esboçar algumas questões relacionadas a esse tema. No Novo Dicionário Aurélio (1987) encontramos a cristalização do sentido de **indivíduo**. Como adjetivo essa palavra funciona como sendo indiviso. Como substantivo, há três acepções: a) o exemplar de uma espécie qualquer, orgânica ou inorgânica que possui uma unidade distinta; b) a pessoa humana considerada quanto às suas características particulares, físicas ou psíquicas; c) na Ética, é a unidade de que se compõem os grupos humanos ou as sociedades. É importante ressaltar aqui a palavra "individualismo" que, dentre outras acepções mais comuns, aparece como doutrina que explica os fenômenos históricos ou sociais por meio da ação consciente de indivíduos.

A palavra vem do latim escolástico "*subjectum*", significando "aquele que é

subordinado", da forma neutra substantivada do *subjectus*, "submisso a", que, por sua vez, é o particípio do passado de *subjecere*, "colocar sobre, por sobre". Só no sec. XVI é que aparecerá como "matéria, causa, motivo; pessoa que é motivo de algo; pessoa considerada em suas aptidões". No "Aurélio", sendo adjetivo, aparece como súdito, escravizado, cativo; explicando o conceito da Filosofia, os autores do dicionário registram-no como "o ser individual, real, que se considera como tendo qualidades ou praticando ações".

2.1. O Sujeito na Análise de Discurso:

Para a AD, há uma determinação mútua entre enunciado e sujeito. O sujeito é um efeito ideológico e partimos do princípio que, para um indivíduo ser sujeito, só poderá sê-lo em um discurso, conseqüentemente linguagem e sujeito estão imbricados, ou, como afirma Gallo (1993, p.25) "o conhecimento da linguagem também é o conhecimento do sujeito. As questões sobre a linguagem fazem intervir a questão do sujeito. No nosso ponto de vista, sujeito de um discurso". Não há, numa análise, o ser individual real, mas sempre um ser representado no discurso, atravessado por essas determinações.

Toda ideologia tem sua materialidade discursiva, sua maneira de fazer sentido. Esta maneira convence os indivíduos da coerência discursiva e cria conflitos discursivos, embates que estão presentes no momento em que se fala. O indivíduo crê que esta coerência é sua, lhe pertence e ele a domina, sendo originária dele. Entretanto, nesse prisma, ele está repetindo e atualizando um discurso presente antes mesmo de ele existir.

Assim se configura o sujeito da Análise de Discurso: é um sujeito dividido, disperso, assujeitado e determinado não só ideologicamente, mas também pelo inconsciente.

Dessa forma, não se trata aqui de um sujeito empírico, psicológico, antropológico, social ou ainda uma categoria da lógica gramatical. Não se trata, portanto, da análise de um indivíduo real, consciente, tampouco de uma "unidade indivisa". Orlandi explica: "sujeito e linguagem encontram a sua unicidade na sua relação mútua: o sujeito não tem unicidade, produz uma unicidade na sua relação com a linguagem; do mesmo modo, a linguagem não a tem, e é só relativamente ao

sujeito que ela se apresenta assim” (Orlandi, 1990, p.36).

Logo, a AD não é uma teoria filiada ao individualismo. As implicações dessa concepção de sujeito são decisivas ao lidarmos com o *corpus* da análise. É o que veremos adiante.

3. Sobre o sujeito amazônico:

Chamo de sujeito amazônico ao sujeito representado nos vários discursos das ciências humanas sobre o indivíduo interpelado que habita a Amazônia e que, portanto, é chamado a se identificar, a ocupar um lugar, a se representar, a se ver representado nesses vários discursos.

Este sujeito recebeu vários tratamentos, normalmente da perspectiva das Ciências Sociais. Visto da perspectiva da História, da Sociologia, da Antropologia – principalmente da Etnografia – o sujeito amazônico tem sua identidade representada em descrições que caracterizam sua cultura, seus hábitos, sua formação religiosa dentre outros aspectos. Dois autores clássicos da abordagem etnográfica são Wagley (1956) e Galvão (1955).

Silva (1996) nos diz que Galvão define o caboclo como ser biologicamente híbrido entre o índio e o branco europeu; forjado pelas influências sociais e culturais da cidade e da aldeia, incluindo o mestiço, o português, o nordestino, os índios destribalizados e os trabalhadores rurais. Quando falarmos de **ribeirinhos**, sociologicamente estaremos nos referindo essa mesma categoria, com exceção do português, sujeito raro no atual cenário amazônico. É de Galvão que também empresto a noção de **comunidade ribeirinha**, como sinônimo de comunidade rural, povoado, sitio ou “freguesia”:

“a maior parte da população amazônica esta distribuída ao longo dos rios e seu tributário, onde se constitui pequenos comunidades rurais. Essas comunidades se compõe de pequenos povoados, ‘sítios’ ou freguesias, na denominação local, cuja a economia se baseia na coleta de borracha, castanha ou pequenas agricultura de consumo local. (...) AS freguesias se constituem de um reduzido numero de famílias espalhadas pelas margens dos igarapés e pequenos tributários. Uma freguesia, raramente soma alem de 150 indivíduos.”(Galvao, 1955, p.19)

Galvao acredita que “somente entre as chamadas elites de alguns centros urbanos maiores, a exemplo, Manaus, há uma tendência para valorizar o ancestral e as tradições tapuias” (1955, p.127). Entretanto, para Silva, “estas atitudes valorativas”, na realidade **mascaram a rejeição e o preconceito do homem urbano ou urbanizado em relação ao índio**, cujas ancestralidades e tradições são valorizadas apenas e só porque os índios são personagens da história, portanto, distanciados e idealizados (...) Por diferentes razões esse vínculo identitário é recusado e rejeitado na subjetividade de muitos e na ação prática de outros.” (Silva, 1996, p.228, *grifo meu*)

Também na perspectiva da Antropologia, Maués (1989) discute as idéias e imagens sobre o ‘homem Amazônico’. Essas idéias e imagens têm sua história na divisão social da Amazônia e em seus confrontos. Houve sempre uma fábula de boa convivência desses três grupos, que contrasta com a ‘posição’ dada aos índios e negros na sociedade brasileira. O ‘homem amazônico’ guarda as marcas de sua origem, se distinguindo dos outros brasileiros e isso se deve principalmente na região onde habita. Mostra como **o índio sempre foi considerado como inexpressivo para a composição étnica da sociedade brasileira** e como, ainda hoje **os termos cunhados entre a população para se designar são pejorativos e cheios de preconceitos, como o uso de ‘caboclo’, ‘caboclinha’** etc. Mostra como o discurso sobre a grandeza da terra e a insignificância do homem, a Amazônia como inferno e o paraíso, permeiam não só as obras intelectuais produzidas sobre nossa gente como também os projetos de desenvolvimento regional. Contraditoriamente, para se vender a imagem da região, é a símbolos étnicos que se recorre. Ela conclui dizendo que

“a identidade étnica remete sempre a uma origem histórica, e que por isso, para se tentar perceber a forma como lidamos com a nossa – neste movimento ambivalente de aceitação e recusa – tem-se que ter presente o processo histórico através do qual ela foi e é construída. (...)aquilo que se recusa nesta identidade são as marcas de uma pretensa inferioridade que foram atribuídas a ela; e se apresentam a nós como seus atributos naturais.”(id.ib., p.204, grifo meu).

Em Correa da Silva (1989) temos uma abordagem histórica desse sujeito. Ela trata dos processos históricos que delinearam o povo amazônico, analisando a história da colonização, a partir da ação política do Marquês de Pombal. Assim o sujeito etnográfico, o caboclo, o ribeirinho, como o conhecemos hoje, é fruto de uma

negação do indígena iniciada na colonização. Segundo ela, o absolutismo lusitano procura construir uma unidade política na Amazônia, cujo cerne:

“estava na utilização da base populacional realizada pela ação missionária descaracterizadora da unidade tribal de origem, que integrasse os grupos indígenas à população mestiça (...) A destribalização dos grupos originários realizados pela ação militar e a nacionalização forçada foram aliados à política agrícola e à formação de uma mão-de-obra regional, resguardada pela fortificação das margens, do centro e das fronteiras do território e da bacia amazônica. (...) A caracterização geográfica, econômica e cultural da região amazônica é processada através da recriação das condições e situações e desigualdade e subalternidade dos povos indígenas...” (id. ib., p.78-95).

A respeito do diretório, espécie de decreto ou alvará sobre normas e condutas, fixado pelo governador do Grão-Pará e irmão do Marques de Pombal, Mendonça Furtado, em 1757, determinante não só na imposição da língua portuguesa, mas também na configuração de vilas, povoados e comunidades tais quais estão atualmente organizados e que, segundo Freire *et alii*, “evidencia a flagrante tentativa de Portugalizar a Amazônia e destruir as diferenças e a alteridade representada pelas culturas indígenas” (Freire *et alii*, 1991, p.57), Correa da Silva analisa:

“O diretório surge nesse contexto. (...) é o instrumento jurídico-administrativo que dispõe sobre as relações internas da sociedade regional e sobre o caráter da imposição sócio-cultural do Estado português. O fundamento organizativo da sociedade colonial amazônica é o trabalho compulsório das populações indígenas, vinculado ao comércio intra-regional e ao comércio de exportação, e desdobrado na reforma de costumes, na organização dos povoamentos (aldeias e vilas), com linhas de autoridade e hierarquia civis determinadas pelo poder do Estado. O dispersamento, a aniquilação, a fragmentação da unidade tribal resultou no isolamento como recurso de sobrevivência, ou a integração subalterna na sociedade regional, como atestado da impossibilidade dos índios se libertarem das forças coloniais.” (Silva, 1989, p.96-143).

A Amazônia tal qual conhecemos (?) agora, é uma entidade que passa a existir a partir da segunda metade do séc. XIX³. Um século antes disso, ela pertencia à coroa espanhola. Como entre o século XVI e XVII, houve a união entre as duas coroas, Portugal acabou por explorar mais a região, ficando assim, com duas grandes colônias na América: o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Rio

³ Em boa parte da interpretação historiográfica do texto, contei com a orientação e colaboração do Prof. Dr. Auxiliomar Silva Ugarte, do Departamento de História da UFAM, a quem registro agradecimento.

Negro. Essa separação, como podemos constatar, estabelece processos de significação que continuam produzindo seus efeitos. Com a independência, o Império do Brasil incorpora para si oficial e institucionalmente, de início, a colônia do Grão-Pará, deixando a área do Rio Negro subalterna a essa província. Essa incorporação não se traduziu, obviamente, em melhorias sociais, o que acabou por fazer eclodir em 1830 várias rebeliões e manifestações, que se abrigam, na historiografia, pela designação de “Cabanagem”, termo assimilado do olhar oficial, o olhar dos governantes e que oculta a diversidade e complexidade de sujeitos, classes sociais e motivações. Esses movimentos não buscavam uma secessão, mas tão somente a atenção da corte brasileira para suas necessidades sociais. O que nos parece também continuar produzindo seus efeitos materiais e imaginários, dentre os quais, não posso negar, este trabalho.

Estima-se que em 1657, tenha começado a existir um núcleo de ocupação do que conhecemos hoje como cidade de Manaus, com a chegada de uma “expedição punitiva”, comandada por Bento (ou Benito) Maciel Parente, no intuito de castigar “silvícolas” que atacavam exploradores brancos ou índios pacificados. Esse será o forte da Barra, organizado com índios Tarumã. Em 24 de outubro de 1848, pela Lei nº 147, promulgada pela Assembléia Provincial Paraense, nomeia-se a Cidade da Barra do Rio Negro. Depois, separando-se as duas províncias, em 04 de setembro de 1856, a Assembléia Provincial Amazonense batiza, em homenagem à renitente nação Manaó, a cidade de MANÁOS, que significa “mãe dos deuses”.

O Rio Amazonas é aberto à navegação internacional em 1866, e isso colabora para que a borracha ganhe importância na economia regional e para que o continuado desejo da França e da Inglaterra pela região se intensifique.

4. Algumas materialidades discursivas:

Se a noção de processos discursivos dá conta de uma estrutura invariante, é possível apontar discursos e concepções que surgem no processo de invasão/descoberta das Américas, negando a humanidade possível aos antigos habitantes do novo continente, e que se repetem, tanto nas formas de sociabilidade e relacionamento entre colonizadores e colonizados, quanto na definição dos tipos

de rostos que aparecerão nas televisões de todo o país. Passemos a alguns recortes que ilustram isso.

Já no séc. XVII, precisamente em 1654 o **Pe. Manoel Teixeira** denunciava, registrando sua declaração, momentos antes de sua morte:

1. “se exercitaram sempre grandes injustiças e crueldades extraordinárias contra os índios, queimando-lhes suas povoações, matando muitos milhares deles, sem piedade, nem causa, e trazendo muitos cativos, sem mais razão, nem justiça, que ser maior o nosso poder (...) no espaço de trinta e dois anos (...) são extintos a trabalho e a ferro, segundo conta dos que ouviram, mais de dois milhões de índios de mais de quatrocentas aldeias, ou para melhor dizer cidades muito populosas... e certifico que os moradores deste Estado se tem servido desde o princípio de grandíssimo número de índios a título de escravos (...) trazendo-os despidos, assim homens como mulheres, com grande indecência e dando-lhes muito mal de comer e chamando-lhes nomes muito feios e afrontosos, de que eles muito se sentem...”(*apud Bessa Freire et alii*, 1991, anexo)

Ora, se no séc. XVII menosprezar e inferiorizar o indígena, utilizar-se da linguagem para estabelecer a superioridade, com xingamentos e apelidos “afrontosos” é o lugar de produção dessa identidade, o século seguinte vai reproduzir também esse menosprezo, oficialmente registrado no **Diretório**, de 1757, século XVIII, portanto, onde encontramos a justificativa para se impor a portugalização sobre os índios:

2. “como estes pela lastimosa rusticidade, e ignorância, com que até agora foram educados, não tenham a necessária aptidão, que se requer para o Governo (...) propondo-lhes não só os meios de civilidade, mas de conveniência, e persuadindo-lhes os próprios dictames da racionalidade, de que viviam privados... (...) Não se podendo negar, que os Índios deste Estado se conservaram até agora na mesma barbaridade, como se vivessem nos incultos Sertões, em que nasceram, praticando os péssimos e abomináveis costumes do Paganismo.” *fac-símile adaptado do boletim de pesquisa da CEDEAM, vol. 3, no. 4.*

Os adjetivos “lastimosa”, “incultos”, “péssimos e abomináveis”, os termos ou expressões “rusticidade”, “ignorância”, “privados de racionalidade”, “barbaridade” atestam o lugar que vem sendo cavado nos séculos anteriores para esses sujeitos. O recorte abaixo, escrito em 2005, século XXI, é uma interpretação do que ocorreu nos séculos XIX e XX:

3. “O LEGADO DO PERÍODO ÁUREO DA BORRACHA”

Foi apenas entre 1890 e 1910, que a cidade efetivamente se transformou, ainda que essa transformação tenha se limitado a alguns espaços de uso da elite local. Recebeu diversos apelidos como ‘Cidade da Borracha’, ‘Paris dos Trópicos’, ‘Cidade Sorriso’, entre outras, que indicavam o sentido dos projetos modernizadores a ela aplicada - **ter como parâmetro a civilização européia.**

Manáos de uma cidade desconhecida até mesmo do sul do próprio País passou a ser comparada a importantes cidades européias. Grandes obras públicas foram iniciadas, como aterros de igarapés, construção de prédios públicos, pontes, alargamentos de ruas, dentre outros. *Diagnóstico Socioeconômico de Manaus, Prefeitura de Manaus, 2005(grifo meu)*

O trecho mostra alguns enunciados que repetem parafrasticamente o que desejavam alguns que comandaram a Cabanagem. O “até mesmo” revela a importância que esse outro que ignora a identidade de um grupo social, tem. Ser comparada às cidades européias faz com que a elite dessa cidade consiga atenção. Não ser Brasil, para ter assegurada, no olhar do outro, sua brasilidade. Apenas imitando o dominante é que uma sociedade subcolonizada ganha a atenção desse subdominante. Assim e ao mesmo tempo, o processo discursivo iniciado com a colonização portuguesa produziu seus efeitos no séc. XIX e XX, e no texto acima, do séc. XXI.

Se o lugar do indígena, do caboclo e da Região Norte, na identidade nacional é sempre um lugar negado, apagado, construindo-se historicamente, seja pela separação da colônia, seja pelo preconceito com o indígena, o olhar do ecoturista devolve a esse sujeito o seu exotismo e, portanto, a sua existência, mesmo que não assimilada. É o olhar primevo do conquistador europeu, como bem testemunha a carta de Pero Vaz de Caminha e de tantos outros viajantes ilustrados e artistas que retratam essa região.

No lago Acajatuba, próximo ao arquipélago das Anavilhanas, no Amazonas, há 3 hotéis de selva que permitem o contato do caboclo da comunidade ribeirinha do

Acajatuba com europeus, norte-americanos e asiáticos, dentre outros povos, durante o ano inteiro. Desse contato surgiu a Associação Amigos de Acajatuba em Bourdès-sur-l'Echez, na França. Observemos alguns recortes discursivos provenientes dessa relação. O primeiro diz respeito a um livro de atas das reuniões oficiais da comunidade. Na ata de fundação encontramos:

4. "...hoje Acajatuba precisa ser reconhecido e ter uma comunidade registrada para melhoria dos seus comunitários e para conseguir recursos para todos trabalharem juntos e terem vidas melhores e poder participar da Sociedade Brasileira e como não avendo nada mais a tratar todos juntos enceraram a reunião cantando uma canção de esperança de que tudo o que foi tratado aqui nesta grandiosa reunião não fique só no papel mais que seja cumprido tudo o que foi concordado pelos presentes" (Souza, 2002, anexos)

As condições de produção de atas como discurso já sugerem esse deslocamento de sentidos entre o discurso jurídico e a materialidade lingüística aqui representada, já que não há adequação total do texto ao gênero. Mas queremos destacar, dentre tanta riqueza para a análise discursiva que esse recorte apresenta, a reaparição nesse texto, datado de 1976, mas produzido em 1996, da exclusão não só da identidade nacional, mas também das benesses disso, como bem queriam os cabanos, e a impossibilidade estabelecida de usufruir da qualidade de vida, termo que se relaciona com formações discursivas advindas da saúde, do neoliberalismo, da sociologia e da pedagogia. Do discurso político e do esquecimento a que estão relegados vem o desejo de que tudo o que foi tratado não fique só no papel. O hiato entre dizer (ou escrever) e fazer; entre teoria e prática; entre promessa políticas e realidade socioeconômica.

Outro recorte diz respeito ao Projeto Amigos de Acajatuba que estabelece regras e benefícios de associação para os moradores e conclui:

5. "Tudo isso não vai afetar a comunidade porque o próprio associado é o comunitário." (id. ib.)

Ora, em outro lugar, pulsa o enunciado: *tudo isso vai afetar a comunidade*. Afetar. Efetuar. Mudar. Permanecer. Esse enunciado também explode em várias instâncias, errâncias significativas. Da imobilidade social, do descrédito, a um discurso antropológico paternalista e preservacionista.

Do lado francês, há um projeto de restauração do posto de saúde da comunidade, que dialoga com o enunciado acima:

6. “A terme les indiens doivent etre les gestionnaires du poste de sante; le programme economique permettant d’autofinancer le systeme de sante que nous auront mis en place. Les indiens de Vila Acajatuba sont conscients que leur survie depend de leur capacité à s’organiser et à s’integrer à l’economie du pays. Une telle position assurera la viabilité sócio-culturelle de notre action” *[finalmente os índios devem ser os gestores do posto de saúde; o programa econômico permitirá o autofinanciamento do sistema de saúde que nós colocaremos para funcionar. Os índios da vila Acajatuba estão conscientes que a sobrevivência deles depende da capacidade de se organizarem e de se integrarem à economia do país. Uma postura como essa assegurará a viabilidade sociocultural de nossa ação]*(id.ib.)

Como acontecia na colonização, em que franceses e ingleses cobiçavam a região amazônica, agora esse interesse aparece como estímulo a autonomia, ao desenvolvimento auto-sustentável. Na língua francesa “indien” (índio) é diferente de “indigène” (nativo). A comunidade, apesar de ser composta por pessoas com traços físicos indígenas, na verdade fala português, a única língua que sabem falar. São todos caboclos – se assumirmos esse rótulo. No entanto, muitos sobrevivem da venda de artesanatos de motivação indígena, misturando, em sua confecção, artefatos naturais com tintas, náilon, miçangas de plástico.

As imagens abaixo reproduzem a capa de livros didáticos selecionados pelo MEC (seleção de 2001 e 2002), amplamente distribuídos em escolas públicas no interior do Amazonas, em municípios com a maioria da população de origem indígena, como Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. Em cada capa a fotografia de uma criança caracterizando um dos elementos étnicos que representariam a identidade nacional: um loiro, uma “parda”, um negro e uma asiática!

7.



Fonte: <http://www.siciliano.com.br>

Por que será que para o brasileiro, ser asiático é melhor que ser indígena? Apesar de no governo Lula as agências publicitárias estarem cientes de levar em conta a diversidade física, poderemos encontrar esse apagamento também nas campanhas publicitárias de vacinação do Ministério da Saúde. Para ficarmos em poucos exemplos, isso se repete na publicidade do forro de bandejas da lanchonete Bob's, presentes em vários pontos e *shoppings* de Manaus: dois rapazes e duas moças seguram cada um uma palavra do enunciado “gostoso como eu gosto”. Os rapazes são um loiro e um negro e as moças, “pardas”.

Por fim, podemos citar também o censo demográfico do IBGE:

8. **“Cor ou raça.** Segundo o Censo Demográfico 2000, o Brasil possui uma população de 170 milhões de habitantes, dos quais 91 milhões se classificaram como brancos (53,7%), 10 milhões como pretos (6,2%), 761 mil como amarelos (0,4%), 65 milhões como pardos (38,4%) e 734 mil como indígenas (0,4%).” (<http://www.ibge.gov.br/>)

Mais da metade da população se considera branca. Por que evitamos outra cor ou raça? O sentido para uma resposta vem sendo costurado durante séculos. O que o dominador europeu determinou é o que será reproduzido, ainda que as “evidências físicas” neguem.

5. Implicações:

Esse trabalho procurou se inscrever numa abordagem que contribua para a luta de se superar a pobreza e a exclusão socioeconômica das populações indígenas e das comunidades que compõem a Amazônia. A evidente dependência

dos recursos naturais, o conhecimento milenar que esses sujeitos têm sobre questões tão contemporâneas, como a sustentabilidade, e a complexa e complicada tarefa de cooperar para que se tornem economicamente favorecidos por causa desse conhecimento, são embates que exigem nosso comprometimento.

A participação histórica desses sujeitos no processo decisório das políticas que lhes afetam, como em toda relação de poder, tem sido mínima, e, por ser assim, abre-se, dialética e discursivamente, novas oportunidades para o futuro.

Que ensinamentos podemos aprender com esses sujeitos sobre formas alternativas de cuidado e abordagens eficientes de sustentabilidade? Quais suas estratégias de valorização do patrimônio cultural? Como provêm suas necessidades? Quais suas estratégias de redução dos fatores de exclusão social e pobreza, dentre tantos outros ensinamentos para toda vida?

Que outros sentidos podemos dar para esse contato? O sentido excluído lateja. Há envolvidos no processo de constituição identitária nacional, excluídos das manifestações dessa identidade, que gritam, mesmo que na submissão, no silêncio e no apagamento de suas significações em projetos políticos, culturais ou científicos.

Garantir relações discursivas de reciprocidade, antagonismo e transformação, é lutar para não vivermos sendo um pastiche, um simulacro, uma cópia mal-feita do estrangeiro, do outro. É descobrir como, se constituindo pelo olhar do outro, ser diferente e sobreviver nessa diferença, podendo manifestar a percepção de quem é da periferia, o olhar do marginalizado, do abandonado, do exilado, do esquecido, mas que, contraditoriamente, convocado pelo esquecedor, se perfaz.

6. Referências Bibliográficas:

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral (vol 1 e 2)*. São Paulo: Pontes, 1989.

BESSA FREIRE, José Ribamar et alii. *A Amazônia Colonial (1616-1798)*. 4ª ed. Manaus: ed. Metro Cúbico, 1991.

BRANDÃO, H.H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1991.

CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. S. Paulo, Contexto, 2004.

CIAMPA, A. *A História do Severino e a História da Severina: um Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CODO et alii. *Indivíduo, trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1993.

CORREA DA SILVA, Marilene. *O Paiz das Amazonas*. Dissertação de mestrado. PUC SP, 1989.

Desenvolvimento Sustentável e Urbanização: do Conhecimento à Ação, documento da ALCUE (*diálogo da América Latina, Caribe e União Européia sobre Ciência e Tecnologia*), Oaxaca, México, 18/11/2001.

Diagnóstico Socioeconômico de Manaus, Prefeitura de Manaus, 2005.

DIRETÓRIO. fac-símile publicado no Boletim de pesquisa da CEDEAM, vol. 3, no. 4, Manaus: FUA, 1984.

DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1986.

FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

GALLO, Solange Leda *Discurso da Escrita e Ensino*. Campinas: Ed. Unicamp. (1992).

_____. *Textualização e Autoria*. Tese de doutoramento: UNICAMP, 1994.

GALVÃO, E. *Encontro de sociedades*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1955.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os Limites do Sentido*. Campinas, SP: Pontes, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

LAGAZZI, Suzy. *O Desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

MARTINS DE SOUZA, Luiz Carlos. *A Identidade dos Ribeirinhos do rio Acajatuba: uma perspectiva discursiva*. Dissertação de mestrado: UFAM, 2000.

MAUÉS, Maria. *A Questão Étnica: Índios, Brancos, Negros e Caboclos*. MIMEO, 1989.

MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna C.(orgs.). *Introdução à Lingüística: fronteiras e desafios (vol.1 e 2)*. São Paulo: Cortez, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Terra à Vista*. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1990.

_____. (org., 1991). *Discurso Indígena: a materialidade da Língua e o movimento da identidade*. Campinas: UNICAMP.

_____. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. *A Propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas*. In GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso*. Campinas: UNICAMP, 1993.

SENA, Odenildo. *De Fernando a Fernando: as teias ideológicas do poder*. Tese de doutorado. São Paulo: PUC. 1997.

TRASK, R. L. *Dicionário de Linguagem e Lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.

WAGLEY, C. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. São Paulo: Editora Nacional, 1956.

SITES

<http://www.elton.com.br/> visitado em 14 de outubro de 2005, às 17h56min.

<http://www.ibge.gov.br/> visitado em 15 de outubro de 2005, às 22h17min.

<http://www.mct.gov.br/> visitado em 26 de março de 2005, às 15h08min.